

## Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral

*Revolution, History and Memory – The 25th of April and the Challenges to Oral History*

**Maria Manuela Cruzeiro**

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3431>

DOI: 10.4000/eces.3431

ISSN: 1647-0737

**Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Reférence electrónica**

Maria Manuela Cruzeiro, « Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral », *e-cadernos CES* [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3431> ; DOI : 10.4000/eces.3431

---



**MARIA MANUELA CRUZEIRO**

### **REVOLUÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA – O 25 DE ABRIL E OS DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL\***

**Resumo:** A complexidade do fenómeno revolucionário em geral (e igualmente do 25 de Abril de 1974 em Portugal) exige uma abordagem metodológica que ultrapasse as dificuldades e limitações da historiografia clássica. Neste contexto, a História Oral vem assumindo uma importância crescente (também em Portugal), mostrando que ficamos muito mais próximos do acontecimento revolucionário, se à memória histórica e aos seus principais garantes, os arquivos, juntarmos a memória individual. Se ao registo exaustivo de factos, nomes ou datas, juntarmos as vozes de quem viveu essa experiência única – dos principais protagonistas às figuras secundárias ou mesmo passivas – captamos ambientes, formas de pensar, valores, racionalidades e sensibilidades. É esse o grande desafio da História Oral, como pretendemos mostrar neste artigo.

**Palavras-chave:** 25 de Abril, história oral, memória coletiva, memória individual, revolução.

### **REVOLUTION, HISTORY AND MEMORY – THE 25TH OF APRIL AND THE CHALLENGES TO ORAL HISTORY**

**Abstract:** In overall, the complexity of the revolutionary phenomenon (which also includes the 25th of April 1974 in Portugal) requires a methodological approach that goes beyond the difficulties and limitations of classical historiography. In this vein, Oral History is assuming a growing relevance (also in Portugal), conveying that one becomes much closer to the revolutionary event if to historic memory and its main warrantors (the archives), we also add individual memory. If to the exhaustive recording of facts, names or dates, one adds the voices of those who lived that unique experience (from the main protagonists to secondary, or even passive, actors), one will get a better grasp of environments, ways of thinking, values, rationalities, and sensibilities. This is the great challenge to Oral History, as argued in this article.

**Keywords:** April 25 1974, collective memory, individual memory, oral history, revolution.

---

\* Por vontade da autora, este artigo não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

*O passado nunca morre. Nunca chega a ser passado.*

William Faulkner

*Enquanto o leão não contar a sua história, a glória será sempre do caçador.*

Provérbio africano

1. A história contada ou a história vivida. O acontecimento conceptualizado, ou as acções, pensamentos e intenções dos actores, na sua surpreendente riqueza e espantosa energia mobilizadora. Este é um dilema que enfrentam todos os que estudam qualquer acontecimento excepcional e, conseqüentemente, a Revolução de 25 de Abril de 1974 não é excepção. O que, por palavras nossas, significa o seguinte: não podendo obviamente prescindir dos contributos da historiografia, eles parecem sempre escassos e insuficientes não só para traduzir o pulsar interno dos acontecimentos e a extrema intensidade com que foram vividos, como também para dar voz a tantas e tantas memórias essenciais para a mais completa visão desses mesmos acontecimentos. O tempo intenso e cheio das memórias de quem viveu a experiência revolucionária não é compaginável com a temporalidade histórica. O tempo revolucionário é o tempo do “agora” que recusa ser ontem, e subverte a previsível e necessária cadeia sequencial do tempo histórico (passado, presente, futuro), fazendo-a implodir e dela nascer outros tempos em convulsão, em colisão, em tensão permanente dos três pólos. Ou seja: a história é essencialmente longitudinal e, portanto, passa ao longo e ao lado dos acontecimentos. A memória é vertical, permanece dentro do acontecimento e consolida-se no seu interior. A história é inscrição; a memória é rememoração.

Radica aqui a vasta e complexa problemática da memória que uma primeira e muito genérica classificação divide em memória individual e memória colectiva. A memória individual caracteriza-se por uma forte dimensão afectiva e emocional, situando-se numa linha de proximidade quase osmótica com a realidade vivida. Alheia às grandes preocupações interpretativas e sistematizadoras, obedece sobretudo à necessidade vital de preservar e transmitir experiências variadas e únicas, lançando luz sobre a diversidade e complexidade daquilo que tantas vezes nos é apresentado como uma sucessão de factos de um sentido único e inquestionável. Neste caso, o mecanismo de lembrar/esquecer, comum a todo o tipo de memória, alimenta uma corrente necessária à sobrevivência de diferentes grupos e indivíduos e à reestruturação de identidades, de intencionalidades e de valores que, podendo não ser dominantes, não podem ser excluídos do passado colectivo. Prescindir desse património é como apagar dos retratos de família alguns rostos mais incómodos. Ao contrário, dar-lhes o seu lugar e resgatar

as suas vozes é reconhecer a memória individual como um poderoso filão simbólico e compreensivo para diferentes grupos e indivíduos. Ou seja: como fonte de práticas sociais, culturais e políticas mobilizadoras e marca identitária de uma sociedade em busca constante do seu próprio passado, condição indispensável para projectar o futuro.

Quanto à memória colectiva, e de acordo com a já tradicional classificação de Maurice Halbwachs (1968), ela é normativa, simbólica e fora do tempo. Neste caso, o referido mecanismo lembrar/esquecer constitui-se não como condição natural da memória (para lembrar é preciso esquecer), mas como eixo vital de permissão discursiva, de verdade social e de controlo informativo. Neutralizando as contradições históricas e os conflitos sociais, a memória colectiva selecciona do passado o que considera importante para a colectividade e organiza e orienta todo esse material segundo um sistema de valores inquestionável. Daí, a segunda característica: simbólica. Os acontecimentos escolhidos são idealizados, quando não mesmo sacralizados, e os valores e referências sobrepõem-se à verdade do acontecido. Ligando directamente passado e presente, neutraliza-se o processo histórico e aponta-se uma visão de futuro. Daí, a terceira característica: fora do tempo. Reduzindo a complexidade das experiências, realiza um deslocamento temporal no vivido, recoberto por uma dimensão vazia de tempo. O que significa um fenómeno de desnaturalização ou suspensão da memória no tempo.

**2.** Aplicando este breve quadro teórico ao caso concreto da revolução portuguesa, parece evidente o desequilíbrio: a memória colectiva da experiência revolucionária domina, obscurece e quase apaga a memória individual, pois as condições de sobrevivência de cada uma delas não podem ser mais diferentes. Deixando por agora de parte dois casos específicos de memória colectiva, cuja dimensão quase os autonomiza – o comemorativismo e a comunicação social – verificamos que a outros níveis dessa memória colectiva, como o da divulgação histórica, da produção científica, dos centros de investigação ou dos programas escolares, as leituras dominantes propostas cumprem aquilo que Rui Bebiano chama, com propriedade, operação de desmemória: “desmemoriados, reconhecemos então como passado apenas o que nos é transmitido por intermédio de uma informação criteriosamente seleccionada, já não tanto aquilo que nos contam ou que sozinhos ou acompanhados fomos capazes de recuperar” (Bebiano, 2006: 9)

Tal não significa que não haja, à margem das tendências dominantes, toda uma historiografia de grande qualidade, empenhada no estudo exaustivo do que foi este país nos anos de brasa de 1974 a 1976. Mas essa, infelizmente, continua muito circunscrita à comunidade académica, de muito frágil divulgação e com reduzida circulação numa

opinião pública formatada por versões únicas e, no mínimo, simplistas e redutoras da Revolução de Abril, onde não cabe uma infinidade de vozes discordantes e cujo retrato-robô ou imagem de marca é, a traços largos, o seguinte:

O país democratizou-se automaticamente, com uma revolução sem sangue, ultra-consensual, que não teve uma única reacção negativa (fenómenos como a violência contra-revolucionária desaparecem para só dar lugar ao bombismo das FP25) e que depois de um breve período de alguma confusão, da responsabilidade de perigosos esquerdistas, entrou nos eixos da normalidade de uma democracia parlamentar, ocidental, caminho único e óbvio rumo ao progresso e à paz social. (Silva, 2002: 147)

Paralelamente, a tendência dominante, quase exclusiva, do sistema político no poder em Portugal após o grande susto do PREC<sup>1</sup> (trauma silencioso de que pouco ou nada se fala), tem sido a da naturalização da democracia representativa, ou seja da ideia de que “a democracia representativa é indiscutível, que qualquer outro tipo de regime mais progressivo pertence à categoria das ideias utópicas e inacessíveis, reduzindo o criticismo popular ao interior do regime, sem jamais discutir o regime em si” (*ibidem*: 146). Contrapõe-se assim revolução (diabolizada ou minimizada como crise passageira ou irritante contratempo) a democracia, numa operação que liquida todo um património de conquistas políticas, sociais e culturais iniciadas em 1974, consagradas constitucionalmente em 1976, e que são afinal o código genético da democracia de Abril. Estas práticas nasceram justamente de uma revolução e não de qualquer continuismo liberalizante, iniciado no marcelismo e retomado depois do interregno revolucionário. Uma revolução que não foi outorgada, mas conquistada por um corte brutal e violento com o passado da ditadura.

Contudo, o regime pós-Abril, a nova classe política que o representa, tem feito do combate contra a memória da Revolução a sua certidão de nascimento, o seu manual de sobrevivência. Como já em 1983, em jeito de balanço e premonição, assinalava João Martins Pereira:

A política portuguesa tem sido um mero exorcismo destinado a libertar-nos dos demónios e das maldições que nos possuíram nesses anos descabelados e os sacrifícios que regularmente nos são pedidos, tomam o ar de expiação das

---

<sup>1</sup> Processo Revolucionário em Curso.

terríveis culpas que nos são imputadas por termos posto este país no caos e na anarquia. (Pereira, 1983: 49)

Esse mero exorcismo é a outra face do consenso ou mesmo de unanimismo e manipulação (mais óbvia no caso do comemorativismo) da memória colectiva e esconde, como muito bem demonstra Michael Pollack (1989), uma dimensão de violência. Antes de mais, sobre uma quantidade de memórias concorrentes, as mais das vezes anatemizadas com o rótulo da subjectividade, ou então arrumadas com alguma condescendência, numa zona híbrida, algures entre a história e a ficção. O testemunho pessoal, quer oral, quer escrito, é assim arrumado no espaço afectivo da “memória nostálgica”, feita de ternura e desencanto, e alimentada por pequenas estórias, curiosidades, episódios mais ou menos saborosos pelo seu ineditismo, bizarria e excentricidade. Um terreno tão ao gosto da devoradora galáxia mediática (*Onde é que tu estavas no 25 de Abril?*), mas sem direito à dignidade da História.

**3.** É lenta a conquista da legitimidade epistemológica do testemunho directo e deve-se, numa primeira fase, à sua utilização nos estudos de antropologia, sociologia, psicologia social e estudos culturais. A crescente valorização de memórias, depoimentos, biografias, entrevistas, com particular destaque para a História Oral por parte da comunidade científica levou também os historiadores a baixar o nível das resistências. Excluindo as correntes da historiografia mais conservadora que remetem a História Oral para os domínios da pura subjectividade (quando não mesmo para o domínio do embuste, da falsidade ou da invenção), os historiadores começam, pois, a encarar a sua utilidade, ou mesmo a sua imprescindibilidade, nomeadamente nos estudos sobre a Revolução de Abril.<sup>2</sup>

Sem nos desviarmos do contexto nacional, e não querendo revisitar uma história já feita e amplamente divulgada, há, contudo, algumas questões de método que, sendo prévias e transversais, se impõem à generalidade dos investigadores e condicionam a natureza do seu trabalho.

---

<sup>2</sup> Nesse movimento se inscreve o Projecto de História Oral do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Trata-se de um programa orientado para a realização de entrevistas a protagonistas de primeira linha, decisores político-militares da conjuntura revolucionária e da sua preparação. O Projecto teve como modelo uma das instituições pioneiras da História Oral: o *Columbia Oral History Research Office*, cuja fundação data de 1948 e que conserva testemunhos de políticos, militares e empresários. E ainda o programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1975, tendo como objetivo a formação e trajectória das elites brasileiras desde 1930. Trata-se de uma linha de investigação que, apesar de muitos dos seus princípios e procedimentos serem comuns à História Oral em geral, tem como objetivo específico a História Oral das elites.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que a História Oral nasce intimamente associada ao questionamento do modelo historiográfico positivista, baseado no facto e nas inerentes noções de objectividade, neutralidade e distanciamento. Nesta perspectiva, a crescente importância dada ao papel do sujeito na percepção do real, se, por um lado, levou a um entendimento da história como uma construção de modelos explicativos nos quais o historiador tem um papel decisivo, por outro, levou a considerar a memória não como mera depositária de experiências, mas como constante recriação de sentidos, a partir daquilo que se viveu. Neste sentido, a História Oral fornece informações cuja riqueza e complexidade não só complementam, mas podem até corrigir o carácter lacunar, polimórfico ou mesmo falso do documento.<sup>3</sup> Além de que pode também criar informação totalmente nova. Mas, mais do que tudo: permite devolver vida à História, através da acção de homens e mulheres de carne e osso. Sem essa presença humana, a História é um relatório sem alma, fria sequência temporal de factos e datas.

Um dos maiores vultos da historiografia portuguesa, José Mattoso, numa muito lúcida reflexão sobre os dilemas e desafios que os historiadores actuais enfrentam, afirma o seguinte:

[...] à insatisfação e a um certo cansaço que tantas vezes provocam as investigações conduzidas sob o signo do marxismo, do estruturalismo, ou mesmo da chamada escola dos *Annales*. Estes ocuparam-se do quadro, da paisagem humana, dos mecanismos da história e do seu funcionamento. Por isso, não tinham protagonistas, apenas figurantes. Não se interessavam por acontecimentos, mas por factos. Desprezavam as excepções, porque se ocupavam fundamentalmente das recorrências. Pretendemos agora ver como é que os protagonistas, ou mesmo os heróis, actuam nesse cenário, cuja composição e funcionamento se estudou. (Mattoso, 1988: 62)

Conhecer os acontecimentos não “descontaminados” pelos arquivistas, assim como os protagonistas anónimos ou mesmo os heróis (não no sentido de demiurgos que forçam o destino, mas no sentido hegeliano de indivíduos que cumpriram um projecto justo e necessário, porque tiveram a intuição de que tal projecto pertencia realmente ao tempo e às suas necessidades) é o apaixonante e arriscado desafio da História Oral.

---

<sup>3</sup> Como afirma Le Goff (1984: 103): “Em rigor não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo”.

Daqui decorre uma segunda característica: a sua relação umbilical com a memória. E isto porque, se é verdade que todo o trabalho historiográfico se baseia na memória (principal razão pela qual a história não é uma ciência exacta, nem os arquivos, factos), acontece que, mais do que qualquer outro ramo da História, a História Oral vive na sua mais estreita e exclusiva dependência. Contudo, esta relação não é unívoca, o que significa que ela se constitui, ao mesmo tempo, como uma maior valorização da memória. Neste caso, da memória individual que, como se disse, sofre, tal como a memória colectiva, um processo dialéctico de lembrar e esquecer, embora com motivações e objectivos diferentes. Tal significa que o indivíduo que rememora ou evoca o tempo vivido fá-lo sempre de forma selectiva, isto é, há sempre lembranças resgatadas e outras esquecidas e excluídas de forma consciente ou inconsciente. Mas a memória individual, porque mais próxima, directa e espontânea, tem um inegável fascínio, além de ser absolutamente indispensável para todos aqueles acontecimentos que, de uma forma ou outra, surpreendem o normal curso da história de longa duração, mais preocupada com as impessoais estruturas económicas e sociais e suas permanências seculares, do que com o tempo de curta duração de acontecimentos como as revoluções, que subvertem essas estruturas, de alguma forma interceptando de forma abrupta esse processo, abrindo uma brecha no tempo e invadindo a cena com protagonistas que improvisam, e não apenas com figurantes que debitam um papel já conhecido do próprio público.

**4.** A expressão “História Oral” recobre um conjunto muito variado de práticas de investigação. E de novo, sem qualquer preocupação de descrição exhaustiva do processo e do debate que o tem pontuado, situemo-nos antes no estado actual da questão. São duas (se bem que com subdivisões internas) as grandes correntes que actualmente fazem História Oral, ao mesmo tempo que respondem à questão nuclear: ela é tão somente uma ferramenta, uma técnica, uma metodologia auxiliar das diversas áreas do conhecimento, ou mais do que isso, tem plena legitimidade a constituir-se como uma nova disciplina académica? A que necessidades responde e como explicar que o seu êxito seja muito maior justamente fora dos meios académicos?

No primeiro caso, a História Oral,<sup>4</sup> é entendida como técnica, como meio e nunca como fim, ou seja: como ferramenta, instrumento, mecanismo, recurso. Seja qual for a designação, a ideia parece clara: não reconhecer autonomia à História Oral, à qual preferem a designação de testemunho oral ou fonte oral – que só se justificam enquanto

---

<sup>4</sup> Na apta definição de Gianni Bosio (1975), a expressão História Oral é uma espécie de estenograma, uma abreviatura para designar aquilo que se deveria chamar mais apropriadamente uso de fontes orais em historiografia.



instrumentos ao serviço de uma interpretação histórica global. É o que significam as palavras de Jacques Le Goff (1988: 221): “Assim como o passado não é história, mas o seu objecto, também a memória não é história, mas simultaneamente um dos seus objectos e um nível elementar de elaboração histórica”. O autor chama assim a atenção para o que considera a relação ideal entre História Oral e História: “Se por tal se pretende que o recurso à história oral, às autobiografias, à história subjectiva alarga a base de trabalho científico, modifica a imagem do passado, dá a palavra aos esquecidos da história, tudo bem. É, de facto, um grande progresso da produção histórica contemporânea” (*ibidem*). Mas acrescenta também que não se pode colocar no mesmo plano “produção autobiográfica” e “produção profissional”.

Apesar de ser a corrente mais cautelosa e defensiva e, justamente por isso mesmo, também a mais divulgada, não desconhecemos os progressos que representa e as alterações que pode trazer ao trabalho dos historiadores que a adoptam. A começar pela própria natureza dos seus materiais: as fontes orais. O que são, afinal? O que as distingue das fontes tradicionais? Três aspectos fundamentais: são fontes criadas pela colaboração entre o depoente ou testemunha e o historiador ou investigador; são fontes baseadas apenas nas recordações daqueles, em forma de narrativa; são fontes que resultam de uma vivência singular, ou seja subjectiva.

**5.** E regressamos ao coração do problema: a subjectividade. É por ela que passa a fronteira entre as duas grandes linhas em que se separa (sobretudo a partir dos anos 70 do século passado) a História Oral, o que vem potenciar um debate que ultrapassa em muito o que se desenvolveu em torno do conceito de fonte oral. E tudo está em saber: já que ela existe, como se encara a subjectividade? Como maldição ou como prémio? Como um obstáculo a controlar? Ou como recurso a explorar? Da resposta à pergunta depende não só a História Oral que se pratica, mas também as relações que estabelece com outras formas de conhecimento a começar pela historiografia. Como escreveu Miguel Cardina:

ao longo das últimas décadas, ela veio a converter-se num terreno particularmente favorável à consideração das dinâmicas que se estabelecem entre história e memória e, por via disso, à problematização de questões relacionadas com a subjectividade, o poder, o silenciamento, a verdade e a própria prática historiográfica. (Cardina, 2013: 8)

Neste quadro se desenha a outra grande corrente, por natureza mais aberta à diversidade e à inovação. A História Oral é agora encarada como disciplina autónoma,

a única capaz de escutar vozes silenciadas, trazer à luz do dia realidades “indescritíveis” e dar testemunho de situações extremas desconhecidas ainda ou totalmente distorcidas. Isto como narrativa puramente subjectiva, por vezes poética e emotiva, continuamente experimental. Este é um caminho tortuoso e sempre em renovada construção. É falso o lugar comum “recordar é viver”. Antes: recordar é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências de ontem. A memória é, pois, acima de tudo, trabalho. Trabalho para construir uma imagem do passado com os materiais que temos ao nosso dispor no presente. Para os defensores desta corrente (caso de Alessandro Portelli, mas também de Luisa Passerini ou Ronald Grele, entre outros), não existe uma diferença clara entre testemunhos (a que eles preferem a designação de narrativa) e ficção, uma vez que ambos se alimentam de um imaginário fundante que cria e recria aquilo que denominamos real. Para estes autores, portanto, a História Oral não é instrumento para fornecer informações sobre o passado. O que lhes interessa é a subjectividade dos narradores. Não é, pois, a busca do original ou do inédito, o preenchimento das lacunas, ou até mesmo o resgatar da fala dos dominados ou excluídos que lhes interessa, mas tão só a recuperação do vivido segundo a sensibilidade de quem o viveu.

A este nível, o que interessa salientar é que estamos face a outras categorias e outros critérios de avaliação do valor dos testemunhos na sua relação com a verdade que nada têm a ver com os critérios habituais da historiografia. Assim, se nesta, o respeito pelos factos acontecidos no passado (ou seja, a objectividade) é a regra de ouro de toda a pesquisa, para a História Oral não falamos de factos, mas de significados, não falamos de objectividade, mas de subjectividade, não falamos de passado, mas de presente. O trabalho inovador que Portelli desenvolveu ao longo dos anos, substancialmente dedicado à classe operária em Itália, é uma esclarecedora e desafiante concretização no terreno dessa nova História Oral. Na base, está a distinção essencial entre acontecimento vivido e acontecimento recordado. Na verdade, o exercício de recordar é sempre um complexo trabalho de memória e como tal assumidamente contraditório, parcial, contingente e, finalmente, mediado cultural e ideologicamente. Contudo, este conjunto de características, longe de constituir, negativamente, a prova final da debilidade do testemunho oral, a utilizar com mil cuidados, é antes, positivamente, encarado como sinal, pista a explorar num exercício final de interpretação.

Neste contexto, as falhas e os erros nos depoimentos pessoais, como acontece, por exemplo, no episódio da morte de Luigi Trastulli,<sup>5</sup> são preciosos para descobrir

---

<sup>5</sup> Em 1949, na pequena cidade italiana de Terni, Luigi Trastulli, operário da siderurgia local, foi assassinado

interesses e vontades, sentimentos e desejos que, no presente de quem fala, interferem necessariamente no passado que ele conta.<sup>6</sup> Daí que as histórias erradas sejam preciosas. Daí que “erros, invenções ou mentiras sejam, à sua maneira, formas de verdade” (Portelli, 2013: 62).

Mas ainda neste movimento de valorização do relato subjectivo, interessa referir, mesmo que brevemente, outras perspectivas divergentes (não em questões de fundo, mas nas metodologias usadas) e talvez menos conhecidas entre nós. Num esclarecedor artigo, Ronald Fraser (1993) faz um levantamento sintético dessas tendências onde surgem nomes como Daniel Bertaux ou Isabelle Wiame (que trabalham a partir do conceito estratégico de mediação); ou o de Niethammer (e o seu conceito de experiência). Para lá das diferenças assinaladas, o autor conclui pelo significativo crescimento e implantação dos trabalhos de História Oral, bem como pelo salto metodológico que se verificou. Nesse sentido, pode –se concluir que:

A História Oral é por si só interdisciplinar: temo-lo vindo aprendendo com a antropologia, a psicologia, a sociologia e, ultimamente, com as novas tendências da teoria literária. Assim, na sua própria práxis, a História Oral pode servir para romper as barreiras bastante artificiais das disciplinas académicas. (Fraser, 1993: 90)

**6.** E entre nós? Como tem sido encarada a História Oral em Portugal? Podemos dizer que, depois de uma entrada tardia e muito discreta, continua campo fértil para equívocos e indefinições de toda a ordem. Luísa Tiago Oliveira (2010), num artigo pioneiro (e também por isso muito útil e esclarecedor) publicado em 2010, fez o ponto da situação a partir de um levantamento (exaustivo à altura) da utilização da História Oral em âmbito nacional. E desse esforço algumas conclusões interessa reter.

A História Oral praticada em Portugal (sobretudo a partir dos anos 80 do século passado) é a sua versão clássica, ou se quisermos versão mínima: técnica de produção

---

pela polícia, no decorrer de uma discreta manifestação contra a North Atlantic Treaty Organization (NATO). Ora, na memória colectiva dos operários, esta morte acontece em 1953, por ocasião de um despedimento colectivo. Portelli considera que este erro encerra uma outra verdade: ao associar os dois eventos – manifestação contra a NATO e despedimentos posteriores – confere-se a Trastulli uma outra aura de luta e de sacrifício. Porque se, no caso da manifestação, a reacção dos operários foi tímida, no caso dos despedimentos, reagiram com violência: levantaram barricadas nas ruas e houve vários dias de luta. Embora tenham acabado vencidos, a data ficou como um dos momentos altos da classe operária de Terni. Era, portanto, aí o lugar de Tarstulli, e da sua imagem de herói e mártir da classe operária.

<sup>6</sup> Portelli fala a propósito de ucronias: um lugar melhor; em todo o caso, um sonho, um desejo, (uma certeza para quem tem fé). Estão para o tempo, como a utopia está para o espaço. Tomam a forma de narrativas contra-factuais. As ucronias mais comuns são as revolucionárias: imaginam uma reviravolta falhada no curso da História e implicitamente exprimem um juízo de condenação ou desilusão com a história real, com o mundo como foi e como é (ver Portelli, 2013: 96).

de testemunhos orais auxiliares da investigação historiográfica. Mas, mesmo assim, com constrangimentos e restrições, quer teóricos, quer práticos. Na verdade, de um vasto conjunto de trabalhos académicos analisados, verifica-se, de forma mais contida ou mais explícita, a adopção, por parte dos autores, de uma posição defensiva em relação à sua própria utilização da História Oral. Quer porque “os testemunhos orais não são significativamente citados ou nomeados como fonte de informação”, quer porque “não estão significativamente presentes em investigações mais recentes” (Oliveira, 2010: 140). Surpreendentemente, essa atitude permanece, mesmo em investigadores que adoptam assumidamente e em muito maior escala a História Oral, como é o caso da própria autora, “como é visível pela citação com metragem, atribuindo às falas citadas uma localização muito precisa, o que é característico e usual no trabalho com documentos escritos” (*ibidem*: 150), ou o de Dalila Cabrita Mateus,<sup>7</sup> que vai mais longe no desconforto, ao apontar aos testemunhos orais que utiliza mais inconvenientes do que vantagens, quer “pelo possível efeito de paixões ao falar de realidades temporalmente próximas” (Oliveira, 2010: 148), quer “por ser uma reconstrução da memória, e não um simples reflexo do real como qualquer arquivo” (*ibidem*).

Luísa Tiago Oliveira acrescenta, aos dois nomes citados, o de Paula Godinho, a qual, não por acaso, é a única a não mostrar qualquer necessidade de “justificar” a utilização da História Oral. Muito pelo contrário, é a que mais valoriza o testemunho, não como informação complementar, mas sim nuclear para o seu objecto de estudo: a cultura de resistência numa classe específica, a dos trabalhadores rurais (não possuidores de terras) no Sul dos latifúndios portugueses. Isto, por uma razão essencial: a sua formação é no âmbito da Antropologia, um campo que trabalha há muito com o testemunho oral.

Dessa circunstância e dos seus riscos e desafios nos dá conta Luísa Tiago Oliveira, quando escreve:

Em várias ciências sociais, sendo o testemunho oral valorizado, a sua utilização nem sempre é justificada nem sequer reclamada: a história oral é praticada e o investigador não sente necessidade de a legitimar como metodologia. [...] Diversamente, os historiadores, em geral trabalhando a partir dos documentos escritos e sendo esta a face mais visível do aparelho crítico dos seus estudos, quando querem recorrer substancialmente ao testemunho oral, sentem-se obrigados a reivindicar a história oral (Oliveira, 2010: 151)

---

<sup>7</sup> Dalila Mateus (1999 e 2004), Paula Godinho (2001) e Luísa Oliveira (2004) – constituem três exemplos escolhidos sobre a utilização da História Oral, mesmo se em diferente escala e com objetivos distintos.

Tal significa que estamos perante uma situação algo paradoxal: por um lado, assistimos a uma utilização crescente da História Oral, não só para cenários de dor e sofrimento extremo, como foram os 48 anos de fascismo em Portugal, mas também para acontecimentos de sinal oposto, de exaltação e afirmação individual e colectiva, como foi a Revolução de Abril.<sup>8</sup> Por outro, verificamos alguma insegurança e cuidados redobrados por parte de quem a utiliza. E isto por uma razão essencial: é que essa utilização crescente não tem sido acompanhada pelo necessário debate sobre o estatuto científico-académico da História Oral e sobre a sua legitimidade epistemológica.<sup>9</sup> Um debate que, apenas iniciado entre nós, me parece desde o início desviado para questões acidentais ou periféricas. Ou seja: uma desconfiança maior que se esconde por detrás de desconfianças menores: questões técnicas que envolvem a produção e conservação do documento oral, natureza da relação entrevistado/entrevistador, momento ideal da gravação, sua duração e frequência, formas de conservação, inventariação, utilização e reprodução. Mas que visam, no fundo, a grande questão do processo de validação e verificação dos documentos orais que a comunidade académica ainda encara como monopólio próprio. É como se o documento resultante de uma entrevista (em que colabora naturalmente e apenas o investigador e o entrevistado), precisasse de um certificado de validade que nenhum dos dois está em condições de assegurar e que só uma entidade exterior – a academia – poderia fazer.

Não discuto a importância das questões técnicas, apesar de elas me parecerem estranhamente sobrevalorizadas em relação às questões epistemológicas que deverão estar a montante. E que têm necessariamente a ver com a questão da manipulação a que poderão estar sujeitos, em maior grau, os documentos orais. É claro que a oralidade permite uma retórica justificativa mais elaborada, e mesmo uma excessiva valorização

---

<sup>8</sup> Não discutindo, como é óbvio, o valor de todos os testemunhos de ambos os contextos, não deixo de salientar a absoluta imprescindibilidade do testemunho oral para o período da ditadura. E isto porque uma historiografia daquela época baseada nos arquivos só pode ser uma historiografia mutilada. Tomemos como exemplo extremo o caso da PIDE/DGS: como transmitir a quem já só conhece a liberdade, o que foi essa máquina criminoso ao serviço do Estado? E como assegurar às suas vítimas o dever de memória? Não certamente pela consulta exclusiva dos arquivos que só contêm o que a censura permitiu. De fora ficam as violências e arbitrariedades de toda a ordem, as torturas, as chantagens, os espancamentos, os assassinatos, os suicídios. E fica também a sórdida e mesquinha actuação policial feita de mentira, intriga, humilhação, na missão ignóbil de “tornar as almas mais pequenas”. Nada disso está nos arquivos da instituição – no seu organograma, nos seus processos de acusação, nos seus autos, nos seus mandados de captura. Está, sim, nas vozes das vítimas.

<sup>9</sup> Aos mais relutantes em conceder dignidade histórica aos documentos recolhidos no registo único da oralidade, não resisto em invocar uma verdade consensual: o testemunho constitui a estrutura fundamental da transição entre memória e história. Por isso, a História Oral, longe de ser uma conquista da nova historiografia, tem afinal raízes muito antigas: é tão velha como a própria História, cujo pai – Heródoto – transpõe para a narrativa factual o imenso legado da narrativa poética do seu antecessor: Homero. Este regresso à dupla Homero/Heródoto como matriz e horizonte do terreno comum à História e à literatura, parece-me sinalizar um caminho apontado desde a antiguidade, e que após a longa deriva de séculos de um conceptualismo redutor, abre para um pluralismo hermenêutico que liga ciência e arte como os dois pólos da vida individual e colectiva.

do papel histórico de personagens ou grupos. Mas, em contrapartida, pode ajudar a relativizar os níveis de manipulação que toda uma quantidade de documentos oficiais – comunicados de partidos e todo o tipo de instituições político-sociais – transportam para dentro dos arquivos. Não discuto, portanto, que os documentos orais (exactamente como os escritos) têm que estar sujeitos à crítica, embora não apenas à crítica da comunidade científica. Que, como a própria História abundantemente tem provado, não é imune àquilo que tanto quer prevenir: embustes, falsificações ou manipulações. Talvez a crítica alargada, responsável e democrática seja o que mais falta faz à História em geral: oral ou escrita.

Regressamos à questão de saber por que razão a comunidade académica resiste tanto à utilização da História Oral, ao mesmo tempo que recusa dignidade histórica a tantos trabalhos desenvolvidos fora do seu contexto. Na verdade, a História Oral não só nasceu, como continua a demonstrar uma maior vitalidade fora da academia,<sup>10</sup> nomeadamente entre investigadores jovens, com forte presença de mulheres, e em geral provenientes de áreas diferentes da História:

Frequentemente os investigadores que valorizam o testemunho oral situam-se entre a história, a sociologia, as ciências políticas, a antropologia, e mesmo a arquitectura, verificando-se assim, também em Portugal, que estes espaços de fronteira, ora concorrentes, ora promíscuos, se revelam propícios à inovação. (Oliveira, 2010: 151)

Estaremos mais próximos da inovação e menos da concorrência quando a advertência de Le Goff (1988) atrás citada, de não confundir “produção autobiográfica” (leia-se História Oral) com “produção profissional” (leia-se História), deixar de fazer sentido. E quando se dissipar nos historiadores aquela nostalgia pelo arquivo “como reflexo do real”, confessada por Dalila Cabrita Mateus. Até porque, se a memória (individual e colectiva) é sempre construída, é óbvio que o arquivo também o é. Além disso, e falando de vida real, o velho corpo dos arquivos, submergido na poeira dos tempos, só terá a ganhar com o sangue novo que o contacto com outros ramos do saber em geral e com a História Oral em particular lhe pode trazer. Afinal, como escreve Paul Ricoeur:

---

<sup>10</sup> Como é amplamente demonstrado no artigo de Luisa Tiago Oliveira, o qual, como disse, fornece uma lista completa de títulos e autores.

Não há porém que esquecer que nem tudo começa nos arquivos, mas com o testemunho, e que, diga-se o que se disser da falta essencial de fiabilidade do testemunho, em última análise não temos nada melhor do que o testemunho para nos garantir que uma qualquer coisa aconteceu, a que alguém atesta ter assistido em pessoa, e que o recurso principal, senão por vezes o único, continua a ser o confronto entre diferentes testemunhos. (Ricoeur, 2000: 182)

O que significa que só pelo reinvestimento numa dimensão de que a História foi amputada – a sua dimensão narrativa –, podemos ampliar vastos e ignorados campos da memória e chegar a muitos mais depoimentos do que os que eventualmente ficam depositados nos arquivos, depois de passarem pelo estreito filtro dos critérios de validação histórica. E podemos, deste modo, ir mais longe na compreensão da Revolução de Abril e de todas as suas dinâmicas, através dos relatos não só dos principais protagonistas, como também de figuras secundárias ou mesmo passivas dos acontecimentos. No seu conjunto, esses depoimentos ajudam a explorar pontos obscuros ou ignorados, temas censurados, memórias recalçadas e mesmo contradições na história oficial que nos é dada. E de novo o confronto: a revolução contada ou vivida? Podemos saber tudo sobre as circunstâncias históricas concretas que possibilitaram a eclosão de uma revolução num país e num momento em que já não se acreditavam possíveis as revoluções, mas a verdade não se reduz àquilo que pode ser verificado e explicado por qualquer sequência lógico-causal. A realidade é diferente da totalidade dos factos acontecidos. Ela excede sempre qualquer número de causas passadas que lhe possamos atribuir. Se tal é válido para qualquer acontecimento da História, é-o por maioria de razão para a revolução, essa invasão violenta e abrupta do acontecimento e dos actores nele envolvidos, como algo totalmente novo que não estava inscrito em nada anterior. Ou seja: um cenário inesperado que excede ao mesmo tempo a soma total das intenções visadas e o sentido de todos os seus antecedentes. Há uma dimensão humana dos acontecimentos, e também uma significação ética e política dessas experiências que a memória histórica está longe de poder alcançar. À sua luz, hoje, passados 44 anos, muitas das lutas, das causas e dos heróis de Abril ficam distantes e anacrónicos. Irremediavelmente presos nas malhas do tempo e das suas circunstâncias. Contudo, há neles uma dimensão intemporal que já não é da ordem exclusiva do historiável. É uma nova realidade dotada de um poder de significação e de uma energia transformadora que faz da revolução, mesmo derrotada ou desvirtuada, muito mais do que uma simples lembrança ou puro acontecimento histórico.



**MARIA MANUELA CRUZEIRO**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: manuelacruzheiro@ces.uc.pt

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Bebiano, Rui (2006), “Da desmemória e seu antídoto”, in Maria Manuela Cruzeiro; Rui Bebiano (orgs.), *Anos inquietos. Vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 9-13.
- Bosio, Gianni (1975), “Fonti orali e storiografia”, in *L' intellettuale rovesciato*. Milano: Edizioni Bella Ciao, 263-268.
- Cardina, Miguel (2013), “Introdução”, in Miguel Cardina; Bruno Cordovil (orgs.); Alessandro Portelli, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: Edições Unipop, 7-16.
- Fraser, Ronald (1993), “La historia oral como historia desde abajo”, *Ayer*, 12, 79-92.
- Godinho, Paula (2001), *Memórias da resistência rural no Sul Couço. 1958-1962*. Oeiras: Celta.
- Halbwachs, Maurice (1968), *La mémoire collective*. Paris: PUF – Presses universitaires de France.
- Le Goff, Jacques (1984), “Documentum/Monumentum”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 103.
- Le Goff, Jacques (1988), *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MP=LA, e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE /DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Terramar.
- Mattoso, José (1988), *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Oliveira, Luísa Tiago (2010), “A história oral em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 139-156.
- Pereira, João Martins (1983), *No reino dos falsos avestruzes: um olhar sobre a política*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.
- Pollack, Michael (1989), “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Portelli, Alessandro (2013), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: Edições Unipop.
- Ricoeur, Paul (2000), *La mémoire, l'histoire, L'oubli*. Paris: Editions du Seuil.
- Silva, Tiago Matos (2002), *Pais de Abril, filhos de Novembro: memória do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro.



